

Governadores avisam que é preciso respeitar autonomia

*Aliados defendem
idéia de que governo
promova cortes seletivos
nas despesas*

BRASÍLIA – O esforço de ajuste fiscal cobrado dos governos estaduais nas palavras do presidente Fernando Henrique Cardoso terá de respeitar níveis mínimos de autonomia dos Estados, sob risco de não funcionar. A ressalva é feita pelos próprios governadores e seus aliados nos Estados, que, por sua vez, cobram do governo um ajuste com cortes “seletivos” nas despesas orçamentárias e a preservação da autonomia federativa na aplicação das receitas estaduais próprias.

Eleito com a segunda melhor votação entre todos os Estados, o governador da Bahia, César Borges (PFL), afirma ser temeroso o bloqueio orçamentário em estudo pela equipe econômica – que permitirá ao governo fechar o ralo dos gastos estaduais toda vez que eles ultrapassarem o limite máximo aceitável. “Se não respeitar alguns pressupostos essenciais, como a autonomia dos Estados para aplicar suas receitas próprias, esse bloqueio pode derrubar a Federação”, advertiu.

Borges concorda que essa espécie de “circuit breaker” no orçamento público que Fernando Henrique quer ver aprovado pelo Congresso recaia somente sobre as transferências voluntárias da União para os Estados e não sacrifique os governos que já controlaram sua finanças e continuam numa gestão austera. “Todos têm de fazer um esforço para adequar-se às regras, mas também não podemos parar o Estado; e aqueles que estão com suas contas ajustadas

não podem ser castigados pelos que deixaram de fazer o dever de casa”, afirmou.

O governo não encontrará apoio fácil em sua base parlamentar se não definir com clareza onde passará a tesoura para reduzir as despesas. “Podemos apoiar até mesmo a demissão de funcionários, se for comprovado que essa é uma medida extremamente necessária, mas o governo não pode simplesmente paralisar projetos em andamento”, defendeu o líder do PMDB na Câmara, deputado reeleito Geddel Vieira Lima (BA).

“Qualquer solução para a crise no Brasil passa por cortar despesas e aumentar receita, mas não dá para fingir que vai cortar e não fazer nada, como ocorreu com o pacote de outubro do ano passado”, emendou o deputado

Saulo Queiroz (PFL-MS). A oposição aproveita para criticar a falta de interesse do governo com uma “discussão séria” sobre ajuste fiscal, que envolve necessariamente uma reforma tributária.

“Quando se fala em reforma tributária, não existe urgência”, disse o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE).

CPMF – Da mesma forma, o aumento de 0,20% para 0,30% da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) que será proposto ao Congresso pelo governo vai encontrar barreiras na própria base aliada. “O Congresso não aceitará facilmente o aumento puro e simples de alíquota de imposto, sem uma proposta de reforma tributária estrutural para ser discutida”, afirmou Geddel. “A CPMF rendeu R\$ 8 bilhões este ano e o buraco continuou.” (Cláudia Carneiro e Doca Oliveira)

BASE ALIADA
TAMBÉM RESISTE
A AUMENTO
DE CPMF